



Albano Franco conversa com Ulysses depois de entregar as propostas aos constituintes

Indústria renova sugestões

A direção da Confederação Nacional da Indústria, chefiada pelo senador Albano Franco (PFL-SE), entregou ontem ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, um documento com proposições básicas iniciais do empresariado brasileiro para a Constituinte. As propostas foram elaboradas a partir de conclusões do Encontro Nacional da Indústria, realizado em 84, cujo resultado foi entregue na época ao presidente eleito Tancredo Neves.

O documento foi aperfeiçoado em 86, em encontro dos presidentes das federações da indústria, em Minas Gerais. Segundo o documento, as sugestões apresentadas consubstanciam a experiência consagrada nas constituições modernas de várias nações do mundo. A indústria nacional produziu proposta abrangente, não ficando limitada aos capítulos da ordem econômica e social e do sistema tributário. Ofereceu proposta quanto a competência da União, dos estados, entre outras coisas.

Ao receber a proposta, o deputado Ulysses Guimarães prometeu dedicar atenção às sugestões apresentadas pelos representantes da indústria brasileira.

Subcomissão quer garantir estabilidade

Garantir a estabilidade no emprego na nova Constituição é uma questão de honra para a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Esta foi a conclusão do relator, deputado Mário Lima (PMDB-BA), após a reunião, ontem de manhã, onde o assunto foi discutido. Praticamente todos os integrantes da subcomissão defenderam o princípio da estabilidade e a maioria é favorável também que se mantenha o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Não houve votação, mas a questão da estabilidade estará incluída no relatório que o deputado Mário Lima deverá apresentar no dia 11 de maio.

Na discussão do tema, o deputado Celso de Castro, lembrou que 18 mil trabalhadores já foram demitidos no Nordeste em consequência do racionamento de energia.

"Cada vez mais a máquina vem substituindo o homem", disse o deputado e sindicalista Paulo Paim (PT-RS) lembrando o problema da automação, responsável por desempregos em várias áreas. Ele disse também que é o momento de se pensar na estabilidade do trabalhador no Brasil, pois em toda a sociedade moderna ela já existe.

Raphael sugere seletividade na Previdência

O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, disse ontem à noite, na subcomissão de Saúde, que a Constituinte precisa assegurar o princípio da seletividade, no que diz respeito aos princípios da seguridade social. "A Previdência Social, financiada compulsoriamente pelos trabalhadores, deve ser dirigida preferencialmente para os brasileiros de baixa renda", defendeu o ministro que compareceu à comissão do relator da subcomissão, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG). Raphael Magalhães sugeriu, ainda, que o orçamento da Previdência seja aprovado pelo Congresso Nacional.

Raphael Magalhães citou que 75 por cento dos trabalhadores no Brasil ganham até cinco salários mínimos e que por isso o princípio da seletividade se adapta muito bem à realidade brasileira. Durante sua exposição, o ministro comentou ponto por ponto os princípios que ele acredita devem ser assegurados pela Constituinte. Além da seletividade o ministro colocou como fundamental a ampliação do conceito de seguridade social que deve ser entendido como

"um risco de cobertura coletiva e não de caráter contratual individual".

A defesa do ministro foi no sentido de priorizar a cobertura para os chamados riscos sociais graves como morte e acidentes do trabalho, indistintamente, para todos os trabalhadores de forma universal sem distinção de profissões. No seu entender, a Previdência Social deve ser democratizada e a gestão dos recursos deve ser feita por aqueles que contribuem compulsoriamente para o sistema, isto é, os empregados e empregadores.

Com relação às fontes de financiamento do sistema previdenciário, o ministro Raphael Magalhães disse que a contribuição recolhida da folha de salários deve ser privilegiada da Previdência Social e que sobre essa folha não deve incidir nenhum outro desconto. Além disso, o ministro disse que é preciso diversificar essa fonte de financiamento, possibilitando a criação de outras a título de diversificação a fim de compensar eventuais baixas da folha de salários em situações de recessão, econômica por exemplo.

Mulheres pedem voz na Constituinte

Se a nova Constituição Brasileira não garantir a participação das mulheres na sociedade e resguardar seus direitos, elas poderão se rebelar e não se considerar obrigadas a cumprir leis, diante das quais não têm voz. Em 1776, Abigail Adams escreveu texto semelhante a esse e o enviou ao constituinte e futuro presidente dos Estados Unidos, John Quincy Adams. Ontem, durante a primeira audiência pública concedida pela Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jaqueline Pitanguy, citou o texto e, mais tarde, fez a ressalva de que ele ainda é atual.

A audiência reuniu cerca de 60 pessoas — a maior parte mulheres do próprio Conselho e um pequeno número de constituintes. Inicialmente a presidente Jaqueline Pitanguy fez uma exposição recapitulando a luta feminina no Brasil por direitos iguais e apresentando a proposta que o Conselho encaminhou à Constituinte. A proposta foi fru-

to de um trabalho iniciado em 1985 e concluído um ano mais tarde, levando em conta sugestões enviadas por entidades de todo o Brasil ao CNDM.

A discussão em torno da exposição de Jaqueline e da proposta do Conselho se estendeu por mais de duas horas e ficou polarizada. Alguns constituintes, como a deputada Lúcia Braga, que presidiu a reunião, pediram que a Subcomissão acate o documento das mulheres na íntegra. Outros, como o senador Paulo Bisol, relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do homem e da mulher, disseram que as mulheres "pediram pouco". Bisol sugeriu, por exemplo, a luta pela criação de defensorias do povo e de tribunais constitucionais, que atuariam em conjunto para garantir os direitos de cada um. O senador, que é contrário a tese de uma Constituição sintética, foi o responsável pelo grande momento da reunião, apesar de não ser seu principal participante.

Cientistas pedem maior proteção

CORRITO BRASILENSE

A responsabilidade do Estado em relação ao desenvolvimento tecnológico do País e a reserva do mercado nacional para os setores de ponta da tecnologia moderna, como a informática, a biotecnologia e a química fina, são os principais pontos a serem assegurados pela nova Constituição na área da ciência e tecnologia, na opinião dos palestrantes da sessão de ontem da Subcomissão da Ciência, Tecnologia e Comunicação. José Albertino Rodrigues, vice-presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência); Ivan da Costa Marques, presidente da Cobra (empresa estatal de computadores); e Antonio Octavio, presidente da Federação Nacional de Engenheiros.

Para a SBPC, deverão ser fixadas as responsabilidades do Estado na promoção do desenvolvimento científico e de suas aplicações práticas, como fatores decisivos para o próprio desenvolvimento econômico e social do País e o bem-estar da população. Este desenvolvimento científico e tecnológico deve ser feito com o objetivo de concretizar os seguintes princípios: proporcionar as condições necessárias para que o desenvolvimento econômico e social se faça de forma autônoma, proporcionar garantias à autonomia da pesquisa científica, reconhecer a importância da pesquisa básica, pesquisa aplicada e da valorização dos recursos humanos.

A SBPC também propõe que o uso da energia nuclear para fins civis ou militares seja debatido e aprovado pelo Congresso Na-

cional e que a construção, armazenamento e transporte de armas nucleares em território nacional seja vedado. Outra proposta importante é a criação de instrumentos adequados para assegurar a reserva do mercado interno para os setores de tecnologia de ponta, como informática, biotecnologia e química fina.

ENGENHEIROS

O presidente da Federação Nacional dos Engenheiros apresentou aos constituintes o documento que resultou do Encontro da Ciência e Tecnologia na Constituinte para o Desenvolvimento Social, realizado entre os dias 7 e 8 de abril deste ano. A proposta visa garantir princípios básicos que assegurem o desenvolvimento nacional e coloquem a ciência e tecnologia a serviço dos interesses do povo brasileiro.

Entre os itens básicos está a fixação da União como responsável pela promoção do desenvolvimento tecnológico do País, inclusive com o comprometimento de dois por cento do PIB (Produto Interno Bruto) para investimentos nesta área. Já a formulação da política de ciência e tecnologia do País, deve iniciar com a participação da comunidade científica, especialmente das universidades, passando pela aprovação do Congresso Nacional.

Outra proposta é a definição do mercado interno como integrante do patrimônio da Nação. A sua ocupação, portanto, será orientada pela busca da autono-

mia tecnológica nacional e da melhoria das condições de vida e trabalho da população. Finalmente, a Federação propõe a garantia da liberdade de pesquisa científica, com o controle social das aplicações desta tecnologia.

RESERVA DE MERCADO

O presidente da Cobra abordou prioritariamente as vantagens e desvantagens da política nacional de informática dos últimos 10 anos, quando foi estabelecida a reserva de mercado para os produtos brasileiros. Quanto às vantagens, citou a criação de um mercado de trabalho para os brasileiros, com 30 mil empregos diretos, o investimento do capital financeiro brasileiro no setor e a dotação do País de uma capacidade técnica, econômica e cultural mínima crítica para apreciar coletivamente a questão da dependência tecnológica e da participação da "inteligência brasileira" nas atividades de concepção, projeto e fabricação de sistemas digitais. Outro aspecto salientado foi a questão da Segurança Nacional, já que o País passou a dominar uma área que estava sob o controle total de multinacionais.

Entre os problemas citados por Ivan da Costa Marques estão a cópia de modelos estrangeiros, a possibilidade de erro pelo ônus de se ter que inventar muito e o anseio de acesso de instrumentos sofisticados ainda não disponíveis no mercado interno.

Direitos quer anistia ampla e irrestrita

A Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e garantias discutiu as propostas encaminhadas pelos deputados Adhemar de Barros Filho (PDT/SP) e Mendes Botelho relativas a anistia e pelo deputado Jorge Arbage (PDS/PA), relativa a direito de organização em sindicatos.

O relator das três propostas, deputado João Paulo (PT/MG) transformou-as em duas, agrupando-as sobre o mesmo tema.

ANISTIA

No tocante a anistia, o parecer de João Paulo, que servirá de base para o trabalho do relator da subcomissão, deputado Lysáneas Maciel (PDT/RJ), determina que haja reparo de todas as injustiças cometidas, estendendo a anistia a todos e reconduzindo ao trabalho, com vencimentos atualizados, quem ainda não teve essa oportunidade, civis ou militares. No caso de pessoas mortas, os benefícios, no entender do deputado, deverão ser concedidos à família.

Sobre a questão da liberdade de associação, o parecer de João Paulo, aprovado pela subcomissão, garante a todos os trabalhadores, inclusive aos funcionários públicos, esse direito. Para o deputado, o Estado não deve interferir nos sindicatos e entidades, nem a permissão para sua abertura deve ficar a ele vinculada.

AUDIÊNCIAS

Na reunião foram acertados também alguns pontos relativos às audiências públicas da subcomissão, que serão concedidas fora de Brasília. A primeira será hoje na Assembleia Legislativa de São Paulo, com a participação do povo, constituintes, prefeitos, políticos e entidades. É provável que essa audiência acabe sendo desdobrada e só termine amanhã.

Prefeito propõe a descentralização

Proposta do prefeito de Curitiba, Roberto Requião, para uma nova estrutura político-administrativa nas regiões metropolitanas fez com que a Subcomissão dos Municípios e Regiões vivesse ontem seus primeiros momentos de polêmica e chegou a causar um atrito entre Requião e o presidente da subcomissão, Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-BA). Para o deputado, a proposta criaria "ministérios", tem caráter "autoritário" e seria reveladora de "certo rancor" do prefeito para com as Câmaras de Vereadores.

Requião respondeu de modo fulminante às críticas de Luiz Alberto. "Estou aqui para ser respeitado como prefeito e não para ser gozado pelo maquiavelismo congressual. O presidente tentou fulminar minha proposta com estigmas", reagiu o autor da tese segundo a qual as regiões metropolitanas devem ser administradas por um prefeito e uma câmara com representações distritais. As cidades que

compõem estas regiões teriam prefeituras mas nelas ao invés do legislativo municipal haveria um conselho comunitário.

O principal fundamento para a criação destes "ministérios" é a necessidade de um planejamento global, especialmente nas áreas do transporte de massas, da estrutura viária e do uso do solo urbano. Atualmente existem, pela legislação instituída a partir da Constituição de 1967, conselhos metropolitanos — mas estes não funcionam. "Estou no cargo há quatro anos e nunca houve uma reunião", queixou-se um dos presentes, o prefeito de Caucaia (Grande Fortaleza), Domingos Pontes.

Alguns parlamentares acreditam que a proposta de Requião criaria "um quarto poder". Para o prefeito de Curitiba, porém, trata-se de abrir caminho para a participação popular, através dos conselhos comunitários, e de limitar os poderes dos prefeitos.

Autonomia dos municípios

A Subcomissão dos Municípios e Regiões mostrou ontem forte tendência às posições municipalistas, em painel e debate sobre o assunto. Dali deverão sair propostas firmes, e atitudes em alguns casos, para conferir autonomia aos municípios. Ao mesmo tempo, cristalizou-se a interface entre aquela subcomissão e a de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, sendo acertado que o presidente Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-MG) procurará marcar uma reunião conjunta de trabalho entre os membros de uma e outra subcomissão.

Entre as idéias lançadas ontem encontraram-se a restaura-

Deputado quer fim da censura

O deputado Mendes Ribeiro, do PMDB do Rio Grande do Sul, apresentou à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte sugestão de norma constitucional, pela qual propõe seja assegurado o direito de livre manifestação de pensamento, acabando a figura da censura.

Para o parlamentar gaúcho, o regime democrático é marcado pela liberdade de expressão e pela responsabilidade que cada indivíduo deve ter pelos atos que pratica. Assim, propõe o término da censura, ficando estipulado que cada um responderá, nos casos e nas formas que a lei ordinária disciplinar, pelos abusos que eventualmente cometer.

Habeas-Corpus pode ter limite

"Criou-se no País a indústria do 'Habeas Corpus', administrada por advogados de portas de xadrez envolvidos com corrupção policial e que colocam nas ruas, impunemente, criminosos desalmados que voltam a delinquir". Diante desta constatação, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) encaminhou à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte a sugestão de que "não caberá 'Habeas Corpus' nos crimes: homicídio qualificado, roubo seguido de morte, extorsão mediante seqüestro, homicídio contra ascendentes, descendentes, irmão ou cônjuge".

O constituinte propõe a análise de uma instituição criada na Inglaterra em 1215 e que, mesmo sendo "uma das maiores conquistas da liberdade individual", tem assegurado, por sua forma ilimitada, a convivência da população com "criminosos qualificados".

Em discussão o voto facultativo

A subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias discutiu ontem, durante reunião realizada em sua sede, proposta de adoção do voto facultativo no Brasil. O deputado João Agripino, subrelator designado para dar parecer sobre a proposta, foi contrário a ela, por entender que o voto, sem ser obrigatório, aumentaria a força do poder econômico nas eleições, facilitando a compra de votos e também reforçaria o papel dos próprios meios de comunicação que, de acordo com seus interesses, poderiam estimular ou não o Eleitor a votar.

O parecer de João Agripino foi aprovado e encaminhado para o relator da subcomissão deputado Lysáneas Maciel, que, em princípio também declarou-se contrário à adoção do voto facultativo.

Justiça deve ser para todos

A institucionalização da defensoria pública a nível da futura Constituição, inclusive no âmbito da Justiça Federal, foi defendida ontem pelos dirigentes da Federação Nacional dos Defensores Públicos, perante a subcomissão do Poder Judiciário.

Segundo os depoentes Suely Pletz, Roberto Vitagliano e José Neves César, a defensoria pública assegura o acesso à justiça aos que não têm condições de arcar com as custas do processo e os honorários advocatícios. Para eles, o homem do campo, os pobres das cidades, as mulheres e os menores constituem as faixas potencialmente necessitadas do atendimento gratuito proporcionado pelo órgão.

Com a institucionalização através de norma constitucional, acreditam os dirigentes da FNDP, que será possível garantir a presença de um defensor onde quer que haja um juiz.